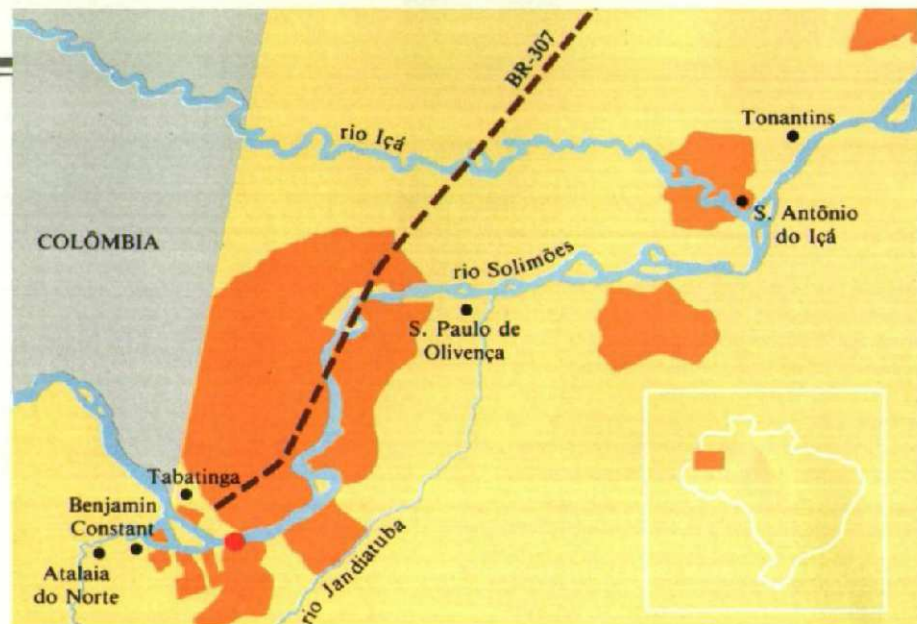


latam tensões e conflitos com "patrões" ou seus assalariados. O desenvolvimento sócio-econômico da região fez com que os Tükuna deixassem de depender exclusivamente dos barracões. Eles começaram a fazer comércio com os regatões (barcos de comércio fluvial) e a vender seus produtos nas cidades. Mas foi também em razão desse desenvolvimento que as terras dos Tükuna passaram a ser mais cobiçadas e ameaçadas por invasões de madeireiros, fazendeiros, pescadores e seringueiros.

Após a extinção do SPI, a Funai continuou, como novo órgão responsável, o trabalho no posto. Até o final da década de 1970, contribuiu para a expulsão dos "patrões" e criou outros postos. Porém o órgão tutor, que sempre prometeu a demarcação das terras dos Tükuna na forma garantida pela Lei nº 6.001 do Estatuto do Índio, foi sempre adiando a medida. Os índios, insatisfeitos, realizaram assembleias de lideranças e criaram o Conselho Geral da Tribo Tükuna (CGTT), para lutar pela defesa de seus direitos. Muitas viagens foram feitas pelos chefes a Brasília, a fim de pressionar as autoridades da Funai e do Ministério do Interior para que a demarcação fosse cumprida.

Em 1984, finalmente, foram delimitadas oito áreas: Evaré I, Evaré II, Betânia, Vuitava-Im (Nova Itália), Feijoal, Santo An-



O mapa mostra as áreas dos Tükuna, vendo-se assinalado em vermelho o lugar onde ocorreu o massacre, no ponto em que o igarapé Capacete desemboca no rio Solimões.

tônio, Bom Intento e São Leopoldo. Em 15 de abril de 1986, na Semana do Índio, o Presidente José Sarney assinou quatro decretos assegurando aos Tükuna as quatro últimas áreas, que representam apenas 10% do seu território. Estas foram demarcadas em 1986 e em 1987, sob clima de grande tensão, provocado pela resistência dos posseiros, pela incitação dos políticos locais e pela omissão dos órgãos responsáveis, que não tomaram iniciativa de apurar os conflitos e as invasões denunciadas com frequência. Hoje ainda os índios continuam

correndo de um a outro órgão sem receber a devida assistência, pois as responsabilidades são sempre transferidas. Pelos meios burocráticos não lhes resta senão enviar telegramas e cartas à Delegacia Regional da Funai em Manaus, ao Inbra, à Polícia Federal, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ao Ministério da Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Elem Garcia de Figueiredo Tostes

Estudante de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas

ANTROPÓLOGOS DISCUTEM SITUAÇÃO DAS MINORIAS

Faltam quatro anos para a comemoração do quinto centenário da descoberta da América e a UNESCO está interessada em reavaliar a história da conquista europeia. Para elaborar um documento sobre a situação e os direitos dos grupos minoritários no continente, em especial das minorias indígenas, solicitou à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que tomasse a iniciativa de organizar um seminário sobre "Minorias: conflitos, estratégias e papel do antropólogo", com antropólogos sul-americanos. O seminário se realizou na Universidade de São Paulo (USP), de 22 a 26 de março, sob a presidência de Manuela Carneiro da Cunha.

Em seu discurso de abertura, a antropóloga se referiu à indissolúvel união que se estabeleceu entre antropólogos e minorias e lembrou que "historicamente os antro-

pólogos têm sido acusados de estar a serviço dos colonizadores, mas que essa situação se reverteu a partir dos anos 60, quando eles se declararam solidários aos colonizados". Segundo ela, a antropologia latino-americana foi pioneira nessa reviravolta, talvez pela importância dos movimentos sociais em seu continente.

O tratamento que a Assembleia Nacional Constituinte está dando no Brasil aos direitos dos indígenas foi um dos pontos principais examinados pelos participantes do seminário. Duas emendas populares haviam sido encaminhadas à Comissão de Ordem Social, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por mais de 20 entidades, entre elas a ABA e a Confederação Nacional dos Geólogos. Embora a proposta da ABA tenha sido aprovada, o relatório da Comissão de Sistematização alterou o pro-

jeto original, restringindo aos índios não aculturados direitos que tinham sido previstos para todos. Os antropólogos se declararam descontentes com esse encaminhamento e com a possibilidade de remoção de grupos indígenas "por questões de segurança nacional", possibilidade esta que o projeto aprovado prevê.

Verena Stolcke, da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), ilustrou o problema das minorias com uma frase da escritora francesa Simone de Beauvoir: "As mulheres não nascem mas se fazem", acrescentando: "Assim também as minorias são construções político-sociais e históricas, criadas em contextos específicos por quem se considera maioria." Verena Stolcke assinalou que as categorias maioria e minoria surgiram durante o processo de formação dos Estados nacionais:

— No exercício do seu poder, o Estado moderno criou as minorias, excluindo-as e marginalizando-as. Enquanto se constituíam na Europa os Estados-nações, consolidava-se o conceito de indivíduo, como sujeito sócio-político, detentor de plenos direitos civis e políticos. Essa condição de cidadão livre e autônomo preparou o terreno para a autodeterminação dos povos. No entanto, a história aconteceu de outra forma: a utopia libertária durou pouco, proliferaram os Estados-nações cada vez mais exclusivos e excludentes, afirmaram-se as fronteiras e as noções de cidadãos e estrangeiros, desprezaram-se os direitos dos grupos étnicos, impondo-se uma única identidade cultural como possibilidade. As comunidades indígenas foram relegadas pelas burguesias nacionais nascentes a simples cidadãos de segunda ou terceira classe, ou tuteladas pelo Estado. O direito fundamental de autodeterminação dos indivíduos foi totalmente negado.

Daniel González, da Universidade de San Salvador (Argentina), apontou a escola como instituição forte que encampou os objetivos colonizadores, impondo uma única língua nacional e destruindo as particularidades culturais. Myrian Jimeno, da Universidade Nacional da Colômbia, observou que a política agressiva de escolarização esteve por muito tempo conjugada à ação religiosa, tendo esta exercido influência indiscutível no processo de colonização. A antropóloga colombiana chamou também atenção para o fato de que a diluição das organizações comunitárias é um resultado direto da expropriação dos territórios indígenas:

— As formas de resistência dos índios à expropriação e suas estruturas organizativas têm sido duramente atacadas pelos governos latino-americanos porque se contrapõem aos princípios de propriedade individual e de unidade do sistema político em vigor, disse Myrian Jimeno.

O documento resultante do encontro apontou como fatores principais da desagregação das instituições indígenas as exigências de unidade cultural, lingüística, política e sócio-econômica, dizendo que através dessas estratégias vêm sendo negados o exercício da capacidade política e jurídica coletiva, as formas de propriedade e organização do trabalho dos índios, e a preservação de seus recursos culturais e lingüísticos. “Em certos casos — diz o texto — as populações indígenas têm sido submetidas a processos de genocídio e etnocídio, enquanto em outros ocorreu uma dialética

foto cedida por Elem G. de Figueiredo Tostes



Crianças tükuna.

sutil entre atitudes de racismo e menosprezo e projetos de assimilação, que se fundamentam numa política de aculturação e integração forçada, a programas de desenvolvimento que não levam em conta as necessidades e desejos específicos desses povos. Em todos os casos, as populações indígenas têm sido expostas a um colonialismo interno que resulta na imposição de modelos culturais alheios, usurpação de seus recursos naturais e até na possibilidade da relocação compulsória.”

Os antropólogos concluíram o documento expressando apoio à revisão parcial do Convênio 107, de 1957, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, como a UNESCO, é um órgão da ONU. Eles têm a esperança de que seja revisada a parte que diz respeito às populações indígenas e tribais, e que sejam abandonados os conceitos de integração e de proteção, reconhecendo-se a livre determinação dos povos indígenas dentro dos países em que vivem. Os participantes do seminário desejam ainda que a comemoração da descoberta da América se realize “com critério crítico e enfoque pluralista, dentro de uma perspectiva histórica, buscando identificar as formas em que a dominação tem se perpetuado e reproduzido através do tempo, e projetando a superação das mesmas no futuro”.

Outro ponto discutido no encontro mas não abordado no documento diz respeito

ao papel que o antropólogo deve desempenhar na sociedade. Eduardo Mendoza, do Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (Bolívia), ressaltou que o antropólogo deve ser um “participante ativo, integrando-se às comunidades para com elas encontrar um projeto libertador”. Eunice Durham, do Departamento de Antropologia da USP, discorda desta posição: ela acredita que o antropólogo comete um grande engano quando se pensa como intelectual orgânico das minorias: “A antropologia oferece instrumentos de luta que as minorias podem utilizar efetivamente. No entanto, a força e a organização política devem estar com elas” — disse.

Eunice Durham também concorda que “há situações em que os antropólogos devem esquecer sua profissão para se transformarem em militantes”, mas acredita que o papel da antropologia deve ser preservado, garantindo um espaço de reflexão que permita uma compreensão maior da dinâmica desse processo.

Dois dias depois de se encerrar o encontro, a imprensa noticiava com destaque a matança de índios tükuna na área indígena de São Leopoldo. Mais um episódio a confirmar a necessidade de garantias urgentes aos direitos indígenas e a justificar as inquietações dos antropólogos sul-americanos diante de tantas agressões impunes.

Alicia Ivanishevich
Ciência Hoje, Rio de Janeiro